

10/10/2025 08:55 - Associação criminosa, peculato e lavagem de dinheiro: operação Face Oculta afasta vereador de Porto Velho



Na madrugada desta sexta-feira (10), a Polícia Civil do Estado de Rondônia, por intermédio da 2ª Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco 2), e o Ministério Público do Estado de Rondônia, por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagraram a Operação Face Oculta, que tem por objetivo o cumprimento de 26 mandados de busca e apreensão, seis mandados de afastamento cautelar da função pública, proibição de acesso à Câmara Municipal e contato entre os servidores públicos investigados, todos expedidos pela 2ª Vara de Garantias de Porto Velho.

Os mandados decorrem de investigação em curso na Draco 2, fruto de atuação conjunta com o Gaeco, tendo como objeto a apuração da suposta prática dos crimes de associação criminosa, peculato e lavagem de dinheiro, envolvendo um Vereador de Porto Velho, 5 (cinco) assessores parlamentares, entre outros, consistente na prática popularmente conhecida como “rachadinha” e “funcionários fantasmas” como forma de desvio e apropriação de dinheiro público, correspondente a parte da remuneração de pessoas ocupantes de cargos comissionados de assessor parlamentar.

Os mandados de busca estão sendo cumpridos por equipes do Departamento de Combate ao Crime Organizado (Decco), Dracos 1 e 2, Delegacia Especializada em Combate à Corrupção (Decor), Delegacia Especializada em Assuntos Penitenciários, Gerência Administrativa e Financeira (GAF), Denarc, Caex e Gaeco, tendo como alvos de buscas o gabinete do Vereador na Câmara Municipal de Porto Velho, bem como nas residências, empresas e uma associação cultural ligadas aos investigados.

A medida de afastamento cautelar da função pública tem o prazo inicial de 30 dias e tem como alvo o vereador e 5 (cinco) assessores parlamentares.

O nome da operação faz referência à “face oculta” da remuneração dos assessores, cuja parte, em vez de permanecer com o servidor público, era desviada e apropriada pelo parlamentar, ocultando a verdadeira destinação dos valores.

Fonte: MPRO